

# EDUCAÇÃO DE MULHERES MARAJOARAS E DESIGUALDADE SOCIAL

Gilmar Pereira da Silva – UFPA  
[gpsilva@ufpa.br](mailto:gpsilva@ufpa.br)

Manuelle Espíndola dos Reis – UFPA  
[manuelleespindola@hotmail.com](mailto:manuelleespindola@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

*“Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la”. ( Bertolt Brecht).*

A educação de mulheres inicialmente tinha como principal objetivo a leitura da bíblia incentivada sobretudo, pelo protestantismo que defendia o acesso as escrituras sagradas levando difusão do protestantismo. A educação feminina embora iniciada pelo protestantismo, coube a igreja católica promovê-la de modo a garantir a formação de mulheres para o casamento, para a maternidade e para servir a Deus. Somente a partir do movimento feminista às questões de gênero passaram a ter uma outra dimensão ajudando na compreensão do ser homem e ser mulher e como essas marcações ou definições construídas social e historicamente são responsáveis pelos espaços que ocupamos hoje. Assim esse trabalho apresenta a seguinte problemática: Quais as implicações da educação de mulheres para as desigualdades sociais. Assim, objetiva-se objetiva analisar as implicações da educação de mulheres para as desigualdades sociais.

Assim este trabalho tem caráter bibliográfico. Para Tozoni-Reis (2009, p. 35), “a pesquisa bibliográfica tem como principal característica o fato do campo onde será feita a coleta de dados é a própria bibliografia sobre o tema ou objeto que se pretende investigar”. Hissa (2013, p. 111) compreende a pesquisa bibliográfica “como um diálogo que se estabelece entre o sujeito da pesquisa e os diversos sujeitos, que também poderão ser postos em debates ao longo do texto, de modo a construir argumentos temáticos, teóricos e históricos acerca do

que se pesquisa”. O texto apresenta quatro seções assim distribuídas: Introdução em que se apresenta uma breve contextualização da educação de mulheres; Referencial teórico em que se faz um recorte histórico da educação de mulheres no Brasil; resultados e discussões em que tratamos educação das mulheres e suas implicações para desigualdade de gênero no Marajó e por fim a conclusão que evidencia que as relações de gênero ultrapassam a relações entre construção social e biológica e se pautam numa relação de poder em que em sua constituição histórica foi se consolidando a superioridade masculina.

### **Referencial teórico**

Monteiro e Gati (2012), afirmam que é somente no século XIX que os primeiros liceus e escolas normais surgiram na Europa, contudo a de se esclarecer que a “preocupação” com a educação feminista, nesse período, está intrinsicamente ligada ao surgimento da indústria e a uma nova ordem instaurada pela sociedade capitalista.

De acordo com Carrara (2009), a concepção de Gênero teve início com o movimento feminista, porém vem evoluindo de acordo com cada sociedade e momento histórico. Inicialmente o movimento das mulheres lutou pelo direito ao voto, a conquista do sufrágio não ocorreu concomitantemente seguindo tempos diferentes a saber: a URSS foi a primeira a reconhecer o direito ao voto das mulheres em 1917, pós revolução, seguida da Alemanha 1918, EUA 1919, Inglaterra 1928, Brasil 1932, França, Itália e Japão 1945 e Suíça 1973.

No seu uso mais recente, o gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. (SCOTT, 1995, p. 72).

Almeida (2011) destaca que no século XX o movimento feminista que nascera nos Estados Unidos e Europa tratou da superação entra a vida pública e privada, garantindo conquistas importantes, isto é, a presença das mulheres para além do espaço doméstico, lhes possibilitando desempenhar outras

atividades em especial a ligadas ao magistério. Contudo, a conquista feminina não representou mudanças no comportamento dos homens conduzindo a mulher a uma dupla jornada.

Foi o movimento feminista surgido, na primeira metade do século XIX, na França que voltou-se para a discussão a respeito da identidade/diferença e não para a superação do público/privado. Segundo Almeida (2011), essa discussão foi fundamental para a abertura de espaço na imprensa, arte, literatura e para o reconhecimento dos estudos de gênero como área de conhecimento na defesa de uma cultura não sexista, portanto, não discriminatória.

Carrara (2010, p.40), esclarece que o que o movimento feminista buscou evidenciar é que a noção de gênero é construída socialmente “assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. Desse modo, sexualidade e gênero são dimensões diferentes que integram a identidade pessoal de cada pessoa, porém tanto a sexualidade como o gênero são afetados conforme os valores sociais vigente de cada época.

O gênero não envolve um diálogo, exterior ao tempo, entre o biológico e o simbólico. Envolve um vasto processo formativo na história, ao mesmo tempo formativo e violento, no qual os corpos e cultura estão igualmente em jogo e são constantemente transformados, as vezes até sua destruição. (Connell, 2006, p.33).

Monteiro e Gati (2012), evidenciam que no Brasil a educação de mulheres variava, desde o período colonial, de acordo com a classe social a que pertenciam, no entanto, o que lhes era comum era a negação ao acesso a leitura, porém a dicotomia entre as classes sociais se fazia visível, entre outras, no trabalho em que mulheres, pobres, negras e indígenas realizavam como: trabalho em mineração, na agricultura, etc. quanto as mulheres de classes superior se ocupavam dos afazeres domésticos e boas maneiras.

A negação do acesso à educação da mulher no Brasil não apresenta grandes rupturas com as demais sociedades em que a igreja terá grande contribuição, pois a “religião exerceu grande influência no cotidiano e contribuiu para manter e reproduzir não apenas a subordinação da mulher, a dominação

masculina, mas a própria estrutura da sociedade de classes em seus diferentes momentos históricos”. (MONTEIRO; GATI, 2012, p.12).

Almeida (2011), reconhece o papel da igreja na definição de papéis e aprendizagens masculinas e femininas, contudo entende que compreender a questão apenas sobre esse prisma, desconsidera que masculinidade e feminilidade podem exercer diversas formas de poder em que complexas redes estão envolvidas nos discursos e práticas representativas das instituições e dos espaços sociais que têm suas produções diretamente ligadas a constituição das identidades de gênero.

Ao tratar da questão de gênero Almeida (2011), destaca que as figurações de poder, assim como, os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos variam de acordo de acordo com a cultura, o nível educacional, religião, economia, as classes sociais, as raças, os momentos históricos, etc.

Assim, embora na relação de gênero o masculino e feminino sejam fundantes, há outros elementos que a ele se associam e relacionam construindo redes de significações e mecanismos de produção e reprodução da inferioridade da mulher. A concretude desses mecanismos ocorre “em todas as instâncias da vida social pública e privada, na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e nas ciências.” (ALMEIDA, 2011, p.178).

O gênero não está separado e guardado num armário próprio. Está, sim, embrenhado nas mutantes estruturas de poder e reviravoltas econômicas, no movimento das populações e na criação da cidade, na luta pelo apartheid e nos lapsos do neoliberalismo, nos efeitos institucionais das minas, prisões, exércitos e sistemas educacionais. (Connell, 2016, p.33).

Discutir as relações de gênero implica necessariamente discutir as relações de poder que as imbrica o que implica em entender como as dinâmicas sociais, culturais, econômica, etc. implicam nas relações e na constituição da desigualdade de gênero.

## **Resultados e discussões**

O município de Breves compõe a região de integração do Marajó que possui dezesseis municípios a saber: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista. O Índice de Desenvolvimento Humano da região de Integração do Marajó corresponde a 0,503, ocupando a posição 132º no ranking estadual, cabe destacar que o estado possui 144 municípios. O IDH é obtido considerando três condições essenciais para a vida humana: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e o acesso a recursos suficientes para uma vida digna.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população do município de Breves em 2010 correspondia à 92.865 sendo que 47.780, isto é 51,45% são homens e 45.085 ou seja, 48,55% corresponde a população feminina. O IBGE (2010) ainda apontou que 24% da população do Município de Breves vive entre a linha da indigência e pobreza, 32,5% vive abaixo da linha da indigência.

Caetano e Silva (2016), esclarecem que a economia do município de Breves tem girado em torno de determinados ciclos produtivos, iniciado pelo ciclo da borracha, seguido pelo ciclo de arroz e a partir da década de 1980 o extrativismo madeireiro ganha destaque, quando no início da década de 2000 temos o declínio desse ciclo gerando uma grave crise na economia local, sobretudo nas comunidades ribeirinhas que se veem obrigadas a migrar do campo para a cidade em busca de trabalho.

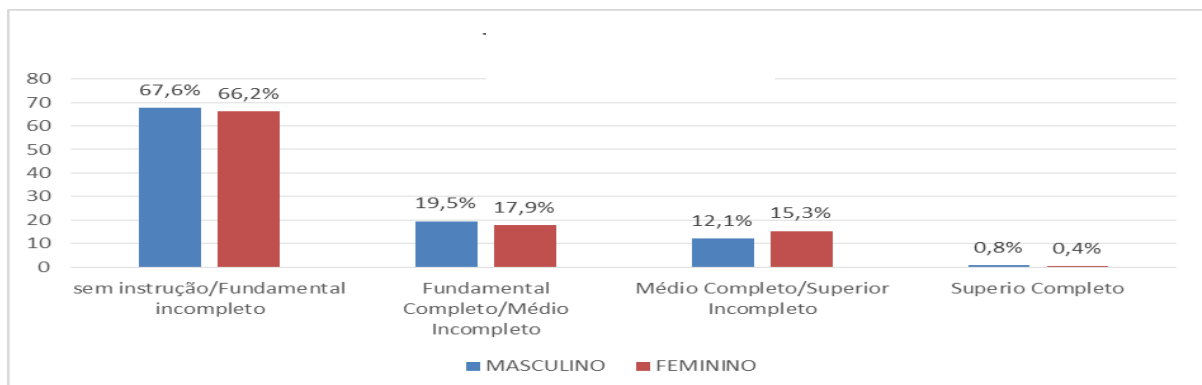
O município de Breves possui 274 unidades de ensino, destas 241 estão localizadas na área rural e 33 na zona urbana. Ainda cabe informar a presença de instituições como: Universidade federal do Pará (UFPA), Campus do Marajó/Breves, Universidade Aberta do Brasil (UAB), Instituto Federal do Pará (IFPA), universidades particulares, Conselho da mulher, e Secretaria Municipal da Mulher.

Assim, ao discutirmos a desigualdade de gênero no município de Breves é importante atentarmos para os elementos acima, pois a Região de Integração do Marajó, figura entre as regiões mais pobres do país, fruto de um processo histórico da ausência de políticas públicas voltadas para a região e

comprometida com a superação das desigualdades raciais, sociais, políticas, econômicas, educacionais e, por conseguinte com a superação da desigualdade de gênero. E ainda considerar sua relevância tanto para o campo teórico como para o fortalecimento da luta feminina pela igualdade de gênero, pois há de se reconhecer que “essas lutas têm sido necessárias, porque nem uma revolução de classe, nem o fim da colonização encerraram as injustiças de gênero.” (CONNEL, 2016, p.31).

O gráfico 1 apresenta o percentual da população de 18 a 24, segundo o nível de instrução em que é possível observar que no ensino fundamental a presença masculina é maior, no entanto, essa realidade vai se modificando de modo que no ensino médio a presença feminina se torna maior, porém no ensino superior, embora o percentual tanto de homens como de mulheres sejam baixos, o percentual de homens com ensino superior é o dobro do percentual de mulheres com esse nível de ensino.

**Gráfico 1** - Percentual da população de 18 a 24 anos, segundo o nível de instrução e sexo- 2010



**Fonte:** IBGE (2010).

A busca em compreender as implicações da educação feminina no município de Breves na produção de desigualdade de gênero, enquanto mulher marajoara, vai ao encontro do que Connel (1997) defende, isto é que as mulheres, dessas periferias falem sobre sua condição enquanto gênero. No entanto, há necessidade de fomentar que a produção sobre gênero transcenda a academia e se torne uma reflexão das mulheres que vivem na região marajoara. O acesso a maiores níveis de escolaridade pode contribuir para que

mulher marajoara se perceba como sujeita que, historicamente, esteve subjugada aos domínios masculino pautado em simbologias e discursos legitimados, entre outras, pela instituição escolar.

Carrara (2010), reconhece a responsabilidade da escola de não contribuir para o aumento da discriminação e preconceito contra mulheres, como também contra aqueles que não atendem a um padrão determinado por uma sociedade que reconhece e legitima comportamentos e práticas a partir de um ideal de masculinidade dominante.

A educação de mulheres no município de Breves reflete o processo de como se deu o acesso à educação, em uma região em que 56,5 da população vive entre a linha da indigência e pobreza e abaixo da linha da indigência talvez responda o porquê das dificuldades de acessar níveis mais elevados de escolaridade.

O número de mulheres com nível superior completo no município de Breves menor que o quantitativo de homens com nível superior completo, diverge do que acontece no Brasil, visto que o percentual mulheres com nível superior na faixa etária de 25 a 44 anos corresponde a 21% quanto os homens dessa mesma faixa etária representam 15,6%, dos 45 anos em diante 12,9% as mulheres e 11,6% homens segundo dados do IBGE (2018), possuem nível superior completo, nas diferentes faixas etária as mulheres, no que se refere os dados nacionais são maioria com nível superior, apresentando o município de Breves, um movimento destoante do indicado em nível nacional.

No gráfico 2 que se refere os rendimentos femininos em relação ao masculino segundo ocupação formal e escolarização, no município de Breves as mulheres do ensino fundamental ao ensino superior apresentam maiores rendimentos que os homens.

Carrara (2010), ao tratar do espaço da mulher no mercado de trabalho, enfatiza que em muitos veículos de comunicação, como revistas, reportagens é recorrente o trato da posição de homens e mulheres no mercado de trabalho e as desigualdades explicitadas por meio da tímida presença de mulheres em cargos de liderança. De acordo com o IBGE (2018) os cargos gerenciais são assim ocupados: na faixa etária de 16 a 29 56,9% homens e 43,1 mulheres; de

30 a 49 anos 59,0% homens e 41,0% mulheres dos 50 a 59 anos homens 65,1% e mulheres 34,9%. Observa-se que quando maior a faixa etária menor é a presença das mulheres nos cargos gerencias.

A prática de imputar para homens e mulheres determinismos sexuais biologicamente herdados implica na existência de uma ditadura de gênero para os dois sexos que, infalivelmente, leva à hierarquia do masculino sobre o feminino, numa escala axiológica culturalmente edificada, onde as atividades masculinas são consideradas de primeira ordem e as femininas de segundo escalão. A dupla (des)valorização, conduz a diferentes implicações no mundo do trabalho, no espaço público, nas esferas do privado e nas instâncias do poder. (ALMEIDA, 2011, p.178).

Carrara (2009, p. 41), destaca alguns elementos que apontam, para uma, histórica, desigualdade no mundo do trabalho relacionada a questão:

- I) grande parte dos postos de direção ocupados por homens (como no próprio sistema escolar);
- II) significativas diferenças salariais entre homens e mulheres e;
- III) maior concentração de homens em áreas como engenharia, informática, enquanto as mulheres se concentram em atividades de ensino e cuidado.

Assim, Carrara (2009), compreende a educação como fundamental para a superação da desigualdade de gênero e como promotora da construção de uma sociedade combatente de quaisquer formas de preconceito e desigualdade onde mulheres, gays, travestis, transexuais, etc. possam viver de modo que o lugar ocupado por cada um não seja terminado por relações de poder e opressão entre os gêneros.

## **Conclusão**

A relações de gênero não são determinadas apenas pela dualidade gênero e sexo, sendo gênero entendido como uma construção social e sexo, um aspecto biológico. As relações de gênero envolvem relações de poder constituídas historicamente no decorrer do processo de fazer-se homem e fazer-se mulher.



O reconhecimento que nós mulheres vivemos em uma sociedade que nos coloca como inferiores por conta da condição de gênero, mas que também essa inferioridade somam-se a cor, raça e classe social.

No município de Breves observamos que as mulheres ainda não estão em “pé de igualdade” no que se refere ao cesso a educação, pois ainda representam metade da quantidade de homens com nível superior completo.

A desigualdade no Município de Breves não se dá apenas em torno das questões de gênero, como também na distribuição de renda, acesso à educação, acesso a bens e serviços essenciais. A desigualdade de gênero se entrelaça com tantas outras desigualdades, marca da ausência do Estado e consequentemente de políticas públicas que tornem a região do Marajó um lugar mais justo para homens e mulheres.

Nesse sentido, promover a visibilidade da mulher do marajoara se configura como um compromisso enquanto pesquisadoras, mas acima de tudo como mulheres marajoara, que vive me determinado tempo histórico.

Portanto, a educação é um instrumento fundamental para a superação da desigualdade entre os gêneros, pois ela possibilita que a mulher tenha consciência que sua condição não é dada, mas construída social, política e culturalmente e que sua superação só será possível se ela tiver consciência da sua condição para que a partir disso perceber-se como mulher marajoara comprometida com sua emancipação e daqueles que vivem em condição igual.

## Referências

ALMEIDA, Jane soares. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. Disponível em: < <http://www.serie-estudos.ucdb.br>> . Acesso em 05 de fev. 2019.

CARRARA. Sérgio. Diversidade e desigualdade. In: **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

CONNEL, Raewyn. Gênero em termos reais. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo : Inversos, 2016.

CAETANO, Viviane Nunes da Silva; SILVA, Alexandre Nunes.  
**Desenvolvimento e educação no Marajó:** estudo de caso no Município de breves (Marajó/Pará/Brasil). Rev. GeoAmazônia. V.4, n.07. Disponível em:<[www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/106](http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/106)> .Capturado em: 03 de jan. 2019.

BRASIL.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Disponível em:<<https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/workshop/sidra.shtm>> Acesso em: 03 de jan. de 2019.

SASSAKI, Yoshico. **O direito a mulher trabalhadora à cidadania:** reflexões sobre a discriminação e proteção de gênero no mundo do trabalho. In: **Desafios de identidade:** espaço/tempo de mulher. Maria Luiza Miranda Alves, Eunice Ferreira dos Santos (org.). Belém: CEJUP:GEPEM:REDOR, 1997.

MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Halasz. **A mulher na história da educação brasileira:** entraves e avanços de uma época. Disponível em:<>. Capturado em 03 de Jan. de 2019.

SCOTT, J. (1995). **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. 20(2) 71-99.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução Sandra Regina Gulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.